

GDF remove Boca da Mata na sexta

Acompanhado dos secretários Vanderlei Valim, de Viação e Obras, e João Ribeiro, de Serviços Sociais, o governador Joaquim Roriz visitou ontem à tarde o local destinado ao assentamento de invasores dentro do projeto Samambaia. Ele supervisionou os trabalhos de 80 homens do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) que abrem as ruas no novo conjunto desde a última quarta-feira. Os moradores da invasão Boca da Mata, de Taguatinga, serão os primeiros transferidos.

Enquanto o governador desafiava a chuva para cobrar a intensificação do trabalho em Samambaia, centenas de invasores da Boca da Mata acotovavam-se no auditório do Centro Educacional nº 3, de Taguatinga Sul, para receber do diretor-geral da Associação dos Inquilinos Unidos de Taguatinga, Euclides Ferreira Filho, as últimas informações a respeito da transferência. A

remoção começa na sexta-feira, quando mais de 20 famílias terão seus barracos transportados para o novo conjunto. Depois o número diário de removidos será maior.

REGRAS

Na área destinada aos invasores, o DER trabalha com sete tratores e 17 caminhões. Até a tarde de ontem uma área que podia abrigar 400 famílias já havia sido processada. Hoje a CEB inicia a implantação dos postes de iluminação que estão estendidos ao longo das vias. Toda a infraestrutura obedecerá as regras de urbanização que permitem os melhoramentos necessários à uma boa qualidade de vida após a fase inicial de assentamento.

Os lotes têm 125 metros quadrados e serão entregues aos novos moradores sob o regime de concessão de uso. Neles serão instalados os próprios barracos de

madeira, mas os invasores contemplados acreditam que em pouco tempo muitos possam construir suas casas de alvenaria. A infraestrutura está sendo montada de forma a deixar os espaços necessários aos serviços públicos, como escolas, hospitais, lazer, entre outros.

Um dos maiores problemas a ser enfrentado pelos novos moradores de Samambaia é a falta de água. O Governo utilizará uma canalização já existente na periferia do conjunto, entretanto, por algum tempo, as famílias terão de contar apenas com um chafariz e com carros-pipa. Ainda hoje, a Novacap inicia também a construção de um abrigo comunitário, na área central do conjunto, para atendimento de emergência durante o período de assentamento. Ali, os moradores terão assistência médico-hospitalar e social, em caráter provisório, até que unidades de saúde sejam instaladas no local.

Moradores aguardam com ansiedade

"Olha, minha filha, mesmo sem água, sem nada, não vejo a hora de receber o lote e armar o meu barraco na Samambaia", disse eufórica, uma das mais antigas moradoras da Boca da Mata, em Taguatinga Sul. De cima de uma cadeira, Maria do Socorro Miranda, disputava um melhor ângulo para acompanhar o discurso do diretor Euclides Ferreira, da Associação dos Inquilinos de Taguatinga. Euclides explicava que os moradores deviam estar preparados para a remoção desde as primeiras horas de sexta-feira, para facilitar os trabalhos da Novacap.

A reunião, que lotou o auditório do Centro 3, serviu também para apresentar

aos invasores o documento do Governo do Distrito Federal que dava a garantia da remoção. A vice-presidente da Associação, Maria Madalena de Oliveira, lembrou que na invasão já vivem muito mais de duas mil famílias.

Para assentar todas essas famílias, entretando, o Governo dispõe de cadastros que serão rigorosamente conferidos no ato da remoção. Para o GDF, apenas 1 mil 950 famílias da Boca da Mata irão para a Samambaia. Outros cadastrados são da invasão da Telebrasilândia: um total de 652 famílias que hoje vivem em 540 barracos. Também foi feito o cadastramento na Vila Areal, onde mais de mil famílias vivem em 700

barracos.

Para os moradores de Samambaia que há quatro anos iniciaram suas construções obedecendo o prazo de retrovenda — grande problematizado enfren por alguns pioneiros — a chegada dos invasores não é nenhuma ameaça. "Pelo contrário. Achemos que o Governo deve atender a essas famílias carentes, só não estamos de acordo com o sistema aplicado para a transferência. Nós tivemos que comprar, pagar e construir para permanecermos aqui. Queríamos que o tratamento fosse igual ou que obedecesse a alguns critérios", justificou o presidente da Associação dos Moradores, José Alis Azevedo Lima, que participou da reunião.